

# A situação das línguas indígenas no município de Manaus

## *The situation of indigenous languages in the municipality of Manaus*

Ademar dos Santos Lima<sup>1</sup>  
Silvana Andrade Martins<sup>1</sup>

DOI: <http://dx.doi.org/10.20435/tellus.v18i35.483>

**Resumo:** Este estudo tem por objetivo abordar a situação das línguas indígenas no contexto de Manaus, metrópole amazonense que se caracteriza como um município multilíngue, considerando que uma parte de sua população é constituída por indígenas citadinos. São apresentados dados sobre as comunidades indígenas urbanas que vivem em Manaus e a situação de suas línguas étnicas, quanto à presença de falantes, usos e ensino às novas gerações. A abordagem metodológica é de cunho qualiquantitativa, e os procedimentos técnicos aplicados para o desenvolvimento deste estudo foram de pesquisa com *surveys* e de pesquisa de campo. Como instrumento de pesquisa, aplicou-se um questionário com perguntas fechadas. Por meio da análise, constatou-se que o município de Manaus possui 28 comunidades linguísticas, sendo que 25 são indígenas, em que se tem o português como primeira língua e a(s) língua(s) étnicas como segunda. As outras três são duas japonesas e uma americana, em que o japonês e o inglês são as primeiras línguas, e o português, a segunda. As línguas étnicas faladas nessas comunidades indígenas bilíngues correm o risco de desaparecer em poucas décadas, devido às fortes pressões de influências externas e o não uso das línguas étnicas pelos seus falantes nos espaços culturais da comunidade, que são escolas da Secretaria Municipal de Educação (SEMED), para o ensino das línguas e culturas das etnias para as novas gerações.

**Palavras-chave:** Manaus; comunidades indígenas citadinas; línguas indígenas; situação das línguas étnicas.

**Abstract:** This study aims to address the situation of indigenous languages in the context of Manaus, an Amazonian metropolis that is characterized as a multilingual municipality, considering that a part of its population is constituted by indigenous city dwellers. Data are presented on the urban indigenous communities living in Manaus and the situation of their ethnic languages, regarding the presence of speakers, uses and education to the new generations. The methodological approach is qualitative and technical procedures applied for

---

<sup>1</sup> Universidade do Estado do Amazonas (UEA), Manaus, Amazonas, Brasil.

the development of this study were research with surveys and field research. As a research instrument, a questionnaire with closed questions was applied. Through the analysis, it was found that the municipality of Manaus has 28 linguistic communities, 25 of which are indigenous, with Portuguese as its first language and ethnic language(s) as the second language. The other three are two Japanese and one American, in which Japanese and English are the first languages and Portuguese the second. The ethnic languages spoken in these bilingual indigenous communities run the risk of disappearing in a few decades, due to the strong pressures of external influences and the non-use of ethnic languages by their speakers in the cultural spaces of the community, which are schools of Municipal Secretary of Education (SEMED), for the teaching of the languages and cultures of the ethnic groups for the new generations.

**Keywords:** Manaus; urban indigenous communities; indigenous languages; situation of ethnic languages.

## 1 INTRODUÇÃO

Localizado na confluência dos rios Negro e Solimões, na região Norte, com uma área territorial de 11.401,092 Km<sup>2</sup>, o município de Manaus tem uma população estimada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, s.d.), em 2016, em 2.094.391 habitantes, sendo o 7º município mais populoso do Brasil. Possui uma densidade demográfica de 158,06 hab/km<sup>2</sup> e a maior parte de sua população está concentrada no perímetro urbano, num total de 99,3% dos habitantes e, em zona rural, apenas 0,7%.

Sua fundação tem suas origens voltadas ao ano 1669, com a construção do Forte São José da Barra. Em torno desse forte, nasceu o arraial que deu origem ao município de Manaus, cujo nome é uma homenagem à etnia *manáú* ou *manáós*, indígenas que habitavam por essa área. Manaus se tornou a capital do Amazonas, cidade histórica e portuária, localizada no centro da maior floresta tropical do mundo, a “Selva Amazônica”.

Com a expansão colonial portuguesa, o município de Manaus se desenvolveu e, a partir de 1870, viveu o surto da economia gomífera, encerrando-se em 1913, em virtude da perda do mercado mundial para a borracha asiática. Conseqüentemente, a cidade retornou a um novo período de isolamento que perdurou até o advento da Zona Franca de Manaus, em 1970. A partir daí, o município se transformou em um dos parques industriais mais importantes de todo o Brasil, com uma área de livre comércio, onde estão abrigadas algumas das

maiores e mais importantes empresas do ramo de transportes e comunicações, além de polos biotecnológicos, petroquímicos, centros comerciais e intensa atividade portuária. Manaus atualmente é a maior cidade do Norte do Brasil, tendo sido passada à categoria de cidade metropolitana em 2010.

Destaca-se pelo seu patrimônio arquitetônico e cultural, com numerosos templos, palácios, museus, teatros, bibliotecas, escolas e universidades, além de suas belezas naturais, rodeada de amplas zonas verdes, parques, jardins, hortas, praias fluviais e o fenômeno do encontro das águas entre o rio Negro e o rio Solimões, onde as águas não se misturam devido à diferença de temperatura, densidade e velocidade entre ambos os rios. Dentre os seus principais prédios históricos, pode-se citar o “Mercado Municipal Adolpho Lisboa”, inaugurado em 1882; a “Igreja de São Sebastião”, construída no ano de 1888; o “Palácio Rio Negro”, antiga sede do governo, fundado em 1911; o “Palacete Provincial”, inaugurado em 1875; o Centro Cultural Palácio da Justiça, inaugurado em 1900; e o “Teatro Amazonas”, inaugurado em 1896, sede de espetáculos nacionais e internacionais, considerado como o principal cartão postal de Manaus. Trata-se de arquiteturas remanescentes do período áureo da borracha, entre o final do século XIX e início do século XX, fruto das riquezas produzidas pela economia do látex em Manaus, que se tornou o centro de comercialização desse produto para o mundo.

Manaus se caracteriza como um dos municípios multilíngues do Amazonas, devido à forte presença de indígenas citadinos, por estar localizada no rio Negro, uma das regiões da Amazônia com maior número de povos indígenas do Brasil.

Centrado na questão da presença indígena em Manaus, este estudo objetiva responder às seguintes questões: Quantas comunidades indígenas há em Manaus? Quais são as línguas étnicas faladas por essas comunidades? Qual é a situação das línguas indígenas faladas nesse município? Como se dão os processos de interação linguística nas redes sociais de comunicação no contexto das comunidades indígenas de Manaus? Portanto tem-se como foco analisar a situação de multilinguismo em Manaus, em referência à presença de comunidades indígenas nesse município, identificando quais e quantas são as comunidades indígenas e que línguas étnicas são faladas por elas e em que contextos de interação.

Como fundamentação teórica, norteia-se nos escritos de Bessa Freire (2003), Braggio (2012), Cabalzar (2012), Calvet (2002), Elia (2000), Fishman (1972),

Gumperz (1962), Hymes (1972), Lyons (1981), Maher (2007), Pacheco (2009), Tarallo (2003), Martins (2016) entre outros e no Referencial Curricular para as Escolas Indígenas (RCNEI [BRASIL, 1998]).

Para compreender a realidade investigada, são utilizadas as abordagens quantitativas e qualitativas, como direções complementares. Os dados quantitativos levantados propiciaram a interpretação do fenômeno estudado e a construção das conclusões. Para isso, empregou-se como procedimento a pesquisa com *surveys* e, como técnica para coleta de dados, aplicou-se um questionário com perguntas fechadas. Conforme a definição de Gil (2006, p. 70-129), um questionário assim constituído apresenta ao respondente um conjunto de alternativas de resposta para que seja escolhida a que melhor representa sua situação ou ponto de vista. Para a obtenção dos dados visando à abordagem qualitativa, realizou-se como procedimento a pesquisa de campo, por meio da técnica da observação. Em concordância com Gil, compreende-se, neste estudo, que a pesquisa de campo e o levantamento *surveys* proporcionam “o conhecimento direto da realidade pesquisada, praticidade e quantificação dos dados”. Desse modo, tem-se a possibilidade de obter uma maior compreensão do objeto de estudo.

A investigação teve um alcance de estudo de caso descritivo (GIL, 2006, p. 73), uma vez que se propôs como objetivo a “descrição das características de determinada população ou fenômeno ou estabelecimento de relações entre variáveis”. Nessa perspectiva, este estudo descreve as comunidades indígenas no contexto de Manaus, em referência à situação linguística, tendo como objeto de análise as redes sociais de interação linguística estabelecidas nesses espaços e analisa a situação linguística dessas comunidades indígenas na capital manauara.

A amostragem utilizada é constituída pelas 28 comunidades linguísticas, existentes no município de Manaus, as quais correspondem a todo o universo da pesquisa.

Para a aplicação do questionário de coleta de dados, seguiu-se a orientação de Tarallo (2003, p. 17-27) quanto ao emprego do método da Sociolinguística e de Hymes (1972, p. 65), o paradigma *speaking*. Os dados foram coletados por meio da aplicação do questionário constituído por perguntas fechadas, elaboradas para atender aos objetivos do estudo. O questionário foi aplicado em todas as 28 comunidades linguísticas, sendo selecionado o líder de cada uma das comunidades para

responder às questões, tendo em vista o fato de serem responsáveis pelas comunidades e de possuírem maior conhecimento sobre a realidade dessa população.

A construção dos questionários foi pensada a partir dos objetivos que se pretendia alcançar com a pesquisa, os quais são: identificar as comunidades indígenas e quantificá-las; analisar a situação sociolinguística dessas comunidades; averiguar o número de línguas faladas nessas comunidades e, por fim, verificar a situação das línguas indígenas faladas nesse espaço urbano. Para a implementação deste estudo, o conhecimento prévio como integrante da realidade pesquisada favoreceu quanto ao propósito de balizar os dados coletados.

O artigo está estruturado a partir desta introdução inicial, seguida pela seção 2, em que se discute sobre a diversidade linguística no município de Manaus, e da seção 3, em que se apresentam e se discutem os resultados da situação das línguas indígenas no município de Manaus. Na conclusão, são dispostas as considerações finais, apontando para a necessidade de pesquisas futuras com o objetivo de averiguar, com maior profundidade, a situação sociolinguística nessas comunidades indígenas.

## **2 A DIVERSIDADE LINGUÍSTICA NO MUNICÍPIO DE MANAUS**

Manaus é um município caracterizado pela multiplicidade de encontros de línguas culturais. É uma metrópole que, cada vez mais, tem sido marcada pelo seu multiculturalismo e multilinguismo, pois, além da diversidade étnica que já possuía devido à forte presença de várias comunidades indígenas urbanas, tem recebido imigrantes de todas as partes do mundo, principalmente haitianos, asiáticos, árabes e latinos de países da América do Sul que fazem divisa com o Amazonas, principalmente os venezuelanos, de acordo com o senso do IBGE de 2016.

Esse fenômeno tem sido reportado por outros autores em relação à Região Amazônica como uma área notável pela sua diversidade extrema das línguas faladas (EPPS; SALANOVA, 2012, p. 23). E o município de Manaus, região do baixo rio Negro, também como parte da Amazônia, insere-se nesse cenário multicultural e multilíngue, pondo em realce a presença de diversas comunidades indígenas em sua área geográfica.

Essas comunidades indígenas constituem o que Lyons (1981, p. 35) denomina de comunidades linguísticas ou comunidades de fala. Para esse autor, esses

termos são sinônimos e dizem respeito ao grupo de falantes que compartilha um conjunto de regras linguísticas que governam as estratégias de comunicação e de interpretação do discurso. Entretanto há divergências entre os teóricos sobre o que vem a ser uma comunidade linguística e comunidade de fala. Para Gumperz (1962, p. 31), o termo “comunidade linguística” refere-se a um grupo social que pode ser monolíngue ou multilíngue, mantido em conjunto por meio da interação de um mesmo código linguístico, o qual o autor denomina de *communication matrix* (matriz de comunicação), abrangendo uma área geográfica. Esse autor entende que as comunidades linguísticas podem consistir-se em pequenos grupos ligados pelo contato linguístico face a face ou podem abranger grandes regiões. Já sobre comunidade de fala, Gumperz (1968, p. 381) afirma que esta se constitui por várias redes de socialização ligadas a padrões de uso e de interpretação linguísticos.

Para Labov (2008) e Ferguson (1959), comunidade linguística é um grupo que partilha as mesmas normas referentes à língua. Na concepção de Calvet (2002, p. 105), uma comunidade linguística pode se constituir de pessoas que se compreendem graças a uma mesma língua. O fato é que não há uma unanimidade entre os teóricos sobre uma definição exata do que seria comunidade linguística e comunidade de fala. Para Vanin (2009, p. 1), comunidade de fala está relacionada às variantes utilizadas por indivíduos que compartilham informações linguísticas similares por conviverem em uma mesma região.

A comunidade linguística funciona como uma matriz de repertórios de códigos ou de estilos de discurso de que os falantes dispõem nas situações concretas de uso. Para Elia (2000, p. 7) “Uma comunidade linguística é uma reunião de pessoas que interagem por meio da linguagem”. Nessa mesma perspectiva, Fishman (1972) cita que, por uma comunidade linguística, se entende aquela cujos membros participam pelo menos de uma variedade linguística e das normas para o seu uso adequado.

O conceito de comunidade linguística se assenta, desse modo, na necessidade de reconhecimento de uma norma comum aos falantes de uma dada variedade linguística (CALVET, 2002). As definições supracitadas têm em comum o fato de que os falantes compartilham padrões comuns para pertencer à mesma comunidade linguística e/ou de fala.

Assume-se, neste estudo, que comunidade linguística refere-se a um grupo de pessoas que se utiliza de um código linguístico para se comunicar em uma

determinada língua, idioma, enquanto que comunidade de fala se define como o uso homogêneo da língua pela comunidade.

Nesse entendimento de comunidade linguística, Manaus apresenta-se como um município multilíngue, no sentido de que existe uma grande área multilíngue que engloba muitas etnias, povos, cada um possuindo sua própria língua. Ou seja, mais de um sistema linguístico. Além da língua portuguesa, a qual é a língua oficial, são faladas mais de 10 línguas. Há a língua japonesa falada nas comunidades japonesas do Aleixo e da Rodovia AM 010, a língua inglesa falada pela comunidade americana do lago do Puraquequara e as línguas étnicas e de comunicação dos povos indígenas. Um dos aspectos dessas comunidades linguísticas de Manaus é que a maioria delas são bilíngues, falam o português e sua(s) língua(s) étnica(s). Entretanto o que faz com que o município seja elevado à categoria de multilíngue são as quantidades de línguas ainda faladas em toda sua área geográfica, e cada comunidade linguística mantém a sua própria língua, o que, para Franchetto (2011, p. 67), “constitui-se num elemento distintivo de alta relevância na representação da identidade do grupo face aos demais”.

Neste estudo, pontuam-se os conceitos de multilinguismo e plurilinguismo, pautado no documento do Conselho da Europa (2001, p. 23). Neste, o conceito de multilinguismo é entendido como a presença de variadas línguas no mesmo espaço geográfico, ou seja, é um fenômeno visto em sua dimensão social. Já o de plurilinguismo é compreendido como o conhecimento de certo número de línguas, repertório de línguas que uma pessoa pode falar, ou seja, é um fenômeno pessoal.

Dodman (2013, p. 8) reafirma esse entendimento de multilinguismo e plurilinguismo: *“Si esamina l’importanza del multilinguismo come fattore di sostenibilita ambientale e del plurilinguismo come potenziamento dei processi di apprendimento”*.

Na concepção de Stenzel (2005, p. 14), plurilinguismo refere-se a um grupo de pessoas ou população que falam várias línguas. No contexto do Amazonas, a região do Alto Rio Negro é a que apresenta o nível mais elevado de plurilinguismo em que, de acordo com Sorensen Jr. (1967, p. 670), existe uma grande área multilíngue que engloba muitas etnias, onde quase todos os indivíduos são políglotas- eles conhecem três, quatro ou mais línguas. Similarmente, no contexto de Manaus, região do Baixo Rio Negro, também se constata o fenômeno social

do multilinguismo, com mais de dez línguas espalhadas em sua região geográfica. Entretanto, no que se refere especificamente à situação sociolinguística, a maioria dos falantes são bilíngues. Mas isso não significa que o município seja bilíngue, pois nos referimos em termos de quantitativos de línguas ainda faladas em toda região de Manaus, e não das competências linguísticas de indivíduos que falam várias línguas.

O termo “bilíngue”, de acordo com o RCNEI (BRASIL, 1998, p. 116), “refere-se ao número de línguas usadas por um indivíduo ou grupo”. Para Maher (2007, p. 79), é “a capacidade de fazer uso de mais de uma língua”. Corroborando nesse sentido, Braggio (2012, p. 160) afirma que, “[...] um indivíduo bilíngue é aquele que usa (fala) duas línguas no seu cotidiano e, portanto, tem conhecimento das duas línguas e sabe como usá-las em diferentes situações de interação social”. Nessa mesma linha de pensamento, de acordo com Câmara Júnior (1974, p. 94), “é a capacidade de um indivíduo de usar duas línguas distintas, como se ambas fossem a sua língua materna, optando por uma ou por outra, conforme a situação social em que no momento se acha”. É o que se observa nas comunidades linguísticas de Manaus, conforme se demonstra na figura 1, mapa das comunidades linguísticas do município de Manaus:



Comunidades linguísticas	Línguas faladas	
1. Comunidade Japonesa, Bairro do Aleixo	L1 Japonês	L2 Português
2. Comunidade Japonesa, AM 010, Km 41	L1 Japonês	L2 Português
3. Comunidade Americana, lago do Puraquequara	L1 Inglês	L2 Português
4. Comunidade Baré, Terra Preta, rio Negro	L1 Português	L2 Nheengatu
5. Comunidade Baré Pisasú Sarusawa, rio Cuieiras	L1 Português	L2 Nheengatu
6. Comunidade Kambeba, Três Unidos, rio Cuieiras	L1 Português	L2 Kambeba
7. Comunidade Baré, Paraná do Samaúma, rio Negro	L1 Português	L2 Nheengatu
8. Comunidade Tikuna, Cidade de Deus	L1 Português	L2 Tikuna
9. Comunidade Kokama, Ramal do Brasileirinho	L1 Português	L2 Kokama
10. Comunidade Sateré-Mawé, Conj. Santos Dumont, Redenção	L1 Português	L2 Mawé
11. Comunidade Buû-Miri, Conj. Villar Câmara, Aleixo	L1 Português	L2 Tukano
12. Comunidade Kokama, Bairro Grande Vitória	L1 Português	L2 Kokama
13. Comunidade Bayaroá, Bairro São João, BR 174, Km 04	L1 Português	L2 Tukano
14. Comunidade Inhaã-Bé, Igarapé do Tiú, rio Tarumã Açú	L1 Português	L2 Tikuna/Mawé
15. Comunidade Karapãna, Sítio Santa Maria, rio Tarumã Açú	L1 Português	L2 Nheengatu
16. Comunidade Roxinol, Igarapé do Caniço, rio Tarumã Açú	L1 Português	L2 Tukano
17. Comunidade Apurinã, Bairro Mauzinho	L1 Português	L2 Apurinã
18. Comunidade Barrerinha, rio Cuieiras	L1 Português	L2 Tukano
19. Comunidade Apurinã, Conj. Cidadão 12, Nova Cidade	L1 Português	L2 Apurinã
20. Comunidade Boa Esperança, rio Cuieiras	L1 Português	L2 Nheengatu
21. Comunidade Nusoken, Conj. Santos Dumont, Redenção I	L1 Português	L2 Mawé
22. Comunidade Livramento, rio Tarumã Mirim	L1 Português	L2 Nheengatu
23. Comunidade Sol Nascente, Bairro Francisca Mendes II	L1 Português	L2 Nheengatu
24. Comunidade Nações Indígenas, Bairro Tarumã	L1 Português	L2 Nheengatu
25. Comunidade Parque das Tribos, Bairro Tarumã	L1 Português	L2 Nheengatu/ Kokama
26. Comunidade Tukano, São João do Tupé, rio Negro	L1 Português	L2 Tukano
27. Comunidade Tatuyo, rio Negro	L1 Português	L2 Tatuyo
28. Comunidade Cipiá, São João do Tupé, rio Negro	L1 Português	L2 Desano

**Figura 1** – Mapa das comunidades linguísticas do município de Manaus

Fonte: Manaus (2016).

Conforme apresentado pela Figura 1, no município de Manaus, há vinte e oito comunidades linguísticas, as quais estão localizadas em áreas urbana e rural, sendo as comunidades 1 e 2 de origem japonesa, as quais têm como primeira língua (L1) a língua japonesa, classificada no grupo da família linguística *Altaica* e, como segunda língua (L2), a língua portuguesa, do tronco linguístico do *Latim*. A comunidade 3, de origem americana, tem como primeira língua (L1) a língua inglesa, do ramo linguístico germânico e, como segunda língua (L2), o português. A comunidade 4, da etnia Baré, tem o português como primeira língua (L1), e o Nheengatu, da família linguística do Tupi-Guarani, do subconjunto III, como segunda língua (L2). A comunidade 5, do povo Baré do rio Negro, também tem como primeira língua (L1) o português e o Nheengatu como segunda língua (L2). A comunidade 6, do povo Kambeba, tem como primeira língua (L1) o português e, como segunda língua (L2), o Kambeba, da família linguística Tupi-Guarani. A comunidade 7, da etnia Baré, tem, como primeira língua (L1), o português e, como segunda língua (L2), o Nheengatu. A comunidade 8, do povo Tikuna, tem, como primeira língua (L1), o português e, como segunda (L2), a língua Tikuna, do grupo das línguas isoladas. A comunidade 9, do povo Kokama, tem, como primeira língua (L1), o português e, como segunda (L2), o Kokama, da família linguística Tupi-Guarani. A comunidade 10, do povo Sateré-Mawé, tem, como primeira língua (L1), o português e, como segunda (L2), o Mawé, língua do tronco Tupi-guarani. A comunidade 11, do povo Tukano, tem, como primeira língua (L1), o português e, como segunda (L2), a língua Tukano, da família linguística Tukano Oriental. A comunidade 12, do povo Kokama, tem, como primeira língua (L1) o português e, como segunda (L2), o Kokama. A comunidade 13, do povo Tukano, tem o português como primeira língua (L1) e o Tukano como segunda língua (L2). A comunidade 14, do povo Tikuna e Sateré-Mawé, tem, como primeira língua (L1), o português e, como segunda (L2), as línguas Tukano, da família linguística Tukano Oriental, e Mawé, do tronco linguístico Tupi-guarani. A comunidade 15, do povo Karapanã, tem, como primeira língua (L1), o português e, como segunda, (L2) a língua Nheengatu. A comunidade 16, do povo Tukano, tem, como primeira língua (L1), o português e, como segunda (L2), a língua Tukano. A comunidade 17, do povo Apurinã, tem o português como primeira língua (L1) e a língua Apurinã, da família Maipure-Aruak, do ramo Purus, como segunda língua (L2). A comunidade 18, do povo Tukano, tem, como primeira

língua (L1), o português e, como segunda (L2), o Tukano, da família linguística Tukano Oriental. A comunidade 19, do povo Apurinã, tem, como primeira língua (L1), o português e, como segunda (L2), a língua Apurinã. A comunidade 20, do povo Baré, tem, como primeira língua (L1), o português e, como segunda (L2), a língua Nheengatu. A comunidade 21, do povo Sateré-Mawé, tem, como primeira língua (L1), o português e, como segunda língua (L2), o Mawé. A comunidade 22, do povo Baré, tem como o português primeira língua (L1) e o Nheengatu como segunda (L2). A comunidade 23, do povo Baré, tem o português como primeira língua (L1) e, como segunda (L2), também o Nheengatu. A comunidade 24, constituída das etnias, Sateré-Mawé, Kokama, Baré e Baniwa, tem como primeira língua (L1) o português e, como segunda (L2), a língua Nheengatu, da família linguística do Tupi-Guarani do subconjunto III; a língua Mawé, do tronco linguístico Tupi-guarani e a língua kokama, da família linguística Tupi-Guarani. A comunidade 25, constituída de vários povos, com destaque para as etnias Baré e Kokama, tem o português como primeira língua (L1) e, como segunda (L2), a língua Nheengatu, da família linguística do Tupi-Guarani do subconjunto III, e a língua kokama, da família linguística Tupi-Guarani. A comunidade 26, do povo Tukano, tem o português como primeira língua (L1) e, como segunda (L2), a língua Tukano, da família linguística Tukano Oriental. A comunidade 27, do povo Tatuyo, tem o português como primeira língua (L1) e, como segunda (L2), a língua Tatuyo, da família linguística Tukano Oriental, e a comunidade linguística 28, do povo Desana, tem, como primeira língua (L1), o português e, como segunda (L2), a língua Desana, da família linguística Tukano Oriental.

As comunidades americanas e japonesas estão relacionadas no mapa da figura 1 com o propósito de identificar e localizar todas as comunidades linguísticas em Manaus, assim como verificar as línguas (L1) e (L2) praticadas pelas comunidades elencadas. Entretanto este estudo sobre a situação das línguas faladas em Manaus focaliza somente as comunidades indígenas.

As 25 comunidades linguísticas indígenas que compõem o multilinguismo em Manaus têm o português como primeira língua (L1) e, como segunda língua (L2), suas línguas étnicas. Compreende-se como primeira língua ou materna (L1), aquela língua que uma criança aprende primeiro e que geralmente corresponde ao grupo étnico-linguístico com que o indivíduo se identifica culturalmente. A segunda língua (L2) é qualquer outra língua aprendida após a primeira língua ou língua materna (L1).

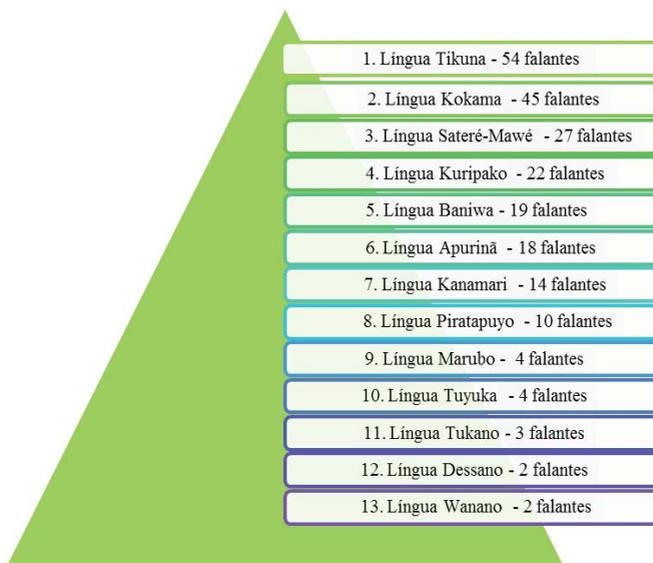
A esse respeito, estudo de cunho etnolinguístico desenvolvido pelo linguista Valteir Martins (2016), na comunidade indígena Parque das Tribos, localizada no bairro Tarumã Açú, na zona urbana de Manaus, evidenciou fortemente a multiplicidade de línguas e culturas que podem coexistir numa mesma comunidade linguística. De acordo com o *Lauda Linguístico*<sup>2</sup> que o autor realizou (MARTINS, 2016, p. 2), fundamentado teoricamente no método das comparações léxico-estatísticas, de Morris Swadesh (HYMES, 1970), identificou-se, nessa comunidade indígena, representantes de 32 etnias. O pesquisador concluiu que:

[...] há três categorias de estado de retenção da língua. Na primeira categoria, as línguas que estão “vivas”, pois as mesmas são faladas na comunidade no dia a dia entre seus falantes. Na segunda categoria, a língua não é falada, mas os falantes conseguiram lembrar parte do vocabulário. Na terceira categoria, os falantes perderam a língua étnica e substituíram por outra. (MARTINS, 2016, p. 2).

A Figura 2 apresenta os resultados do laudo linguístico realizado por Martins (2016), na comunidade indígena Parque das Tribos, na área urbana de Manaus, em referência às etnias que se enquadram na primeira categoria. Nessa categoria, Martins (2016, p. 2) afirma que, “[...] há treze línguas indígenas ainda faladas”, as quais o pesquisador denomina de “línguas vivas”, que são línguas faladas pelas etnias que habitam nessa comunidade. Veja na figura 2 as línguas faladas e o número de falantes:

---

<sup>2</sup> Documento que descreve a situação linguística das etnias indígenas da comunidade linguística Parque das Tribos (MARTINS, 2016).



**Figura 2** – Línguas indígenas faladas no Parque das Tribos, Manaus, AM  
Fonte: Martins (2016).

Observa-se nos estudos de Martins (2016, p. 1) que, somente na comunidade linguística do Parque das Tribos, no Bairro Tarumã Açu, Zona Urbana de Manaus, há treze línguas indígenas faladas, Tikuna 54 falantes; Kokama, 45; Sateré-Mawé, 27; Kuripako, 22; Baniwa, 19; Apurinã, 18; Kanamari, 14; Piratapuyo, 10; Marubo, 4; Tuyuka, 4; Tukano, 3; Desana, 2; e, Wanano, 2 falantes.

No âmbito do estado do Amazonas, Pacheco (2009, p. 24), cita que: “[...] atualmente, podemos sustentar que há, a partir dos levantamentos propostos por Moore (2009) e Rodrigues (2006), entre 50 e 56 línguas indígenas ainda faladas no estado”.

Conforme demonstram os estudos de Martins (2016), e são corroborados por este presente estudo, Manaus apresenta uma grande diversidade linguística. Entretanto essas comunidades linguísticas merecem uma atenção especial por parte do Estado, assim como também de pesquisadores e de instituições de pesquisas, haja vista que as línguas indígenas desses grupos étnicos minoritários desse município estão na lista da UNESCO (s.d.) como línguas em perigo de desaparecer, tanto é que o português é a primeira língua dessas comunidades indígenas citadinas.

### 3 A SITUAÇÃO DAS LÍNGUAS INDÍGENAS NO MUNICÍPIO DE MANAUS

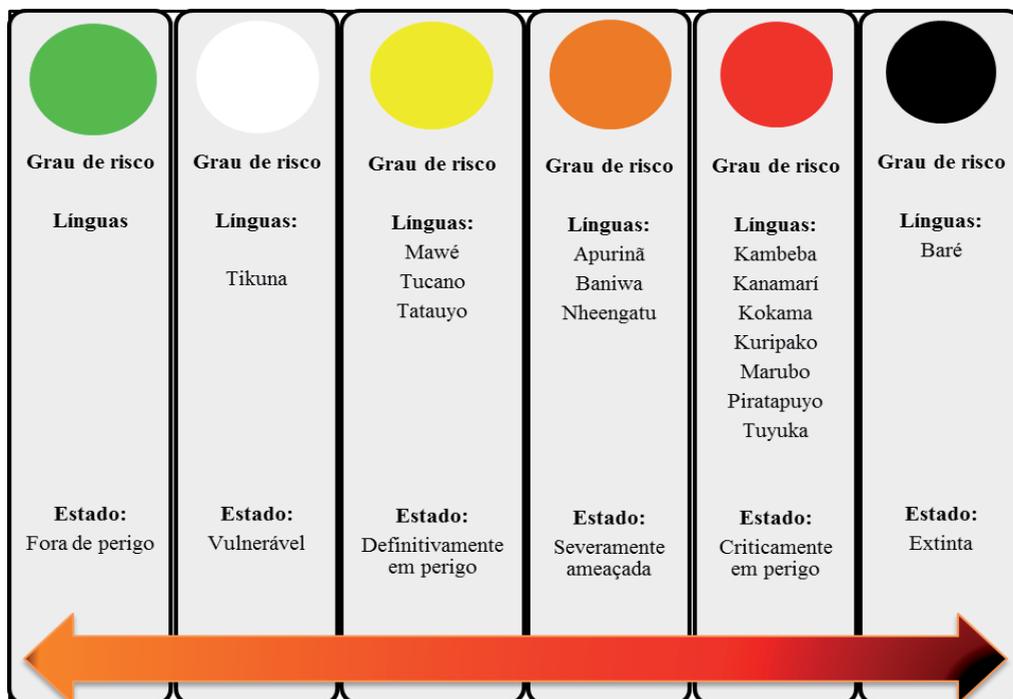
Apesar de indicar que o município de Manaus apresenta grande diversidade linguística, principalmente de línguas indígenas, este estudo também aponta que essas línguas correm o risco de desaparecer. Emprega-se o método de análise proposto pela UNESCO para classificar o grau de vulnerabilidade das línguas do mundo, conforme apresentado no quadro 1, para verificar a situação das línguas étnicas da cidade de Manaus.

	<b>Grau de risco</b>	<b>Transmissão das línguas entre gerações</b>
	Fora de perigo	A língua é falada por todas as gerações; Transmissão intergeracional e ininterrupta
	Vulnerável	A maioria das crianças fala a língua, mas pode ser restrita a certos domínios (casa, cerimônias)
	Definitivamente em perigo	As crianças já não aprendem a língua como língua materna em casa
	Severamente ameaçada	A língua é falada por avós e gerações mais velhas, enquanto as gerações mais novas não falam entre si. Há uma descontinuidade
	Criticamente em perigo	Somente alguns falantes mais idosos falam parcialmente e com pouca frequência
	Extinta	Não há falantes

**Quadro 1** – O estado das línguas em risco de desaparecer

Fonte: UNESCO (s.d.).

Conforme se observa nos dados das análises do grau de risco das línguas indígenas no contexto da cidade de Manaus, todas estão em risco de desaparecer. A partir do levantamento *surveys* proposto por Gil (2006, p. 70), obteve-se o “conhecimento direto da realidade; quantificação dos dados, por meio de análise estatística e pesquisa de campo” (GIL, 2006, p. 128). As línguas analisadas são as que constam na Fig. 1, e esse diagnóstico se baseia somente no contexto de Manaus, conforme mostra a Fig. 3, em situação das línguas indígenas faladas no município de Manaus:



**Figura 3** – Situação das línguas indígenas faladas no município de Manaus

Fonte: Autoria própria

A situação das línguas indígenas no município de Manaus, de acordo com a análise dos dados deste estudo e fundamentado no método da UNESCO, classifica-se entre vulnerável à extinta, conforme se observa na figura 3.

O estudo mostra que, referente ao grau “fora de perigo”, em que a língua é falada por todas as gerações, havendo uma transmissão intergeracional e de forma ininterrupta, verificou-se que não há mais nenhuma língua nessa situação nas comunidades linguísticas indígenas. Quanto ao grau de “vulnerável”, estado em que a maioria das crianças fala a língua, mas pode ser restrita a certos domínios, casa, cerimônias, foi registrada somente uma língua, que é a Tikuna. No grau “definitivamente em perigo”, situação em que as crianças já não aprendem a língua como língua materna em casa, estão as línguas Mawé, Tukano e Tatuyo; no grau “severamente ameaçada”, em que a língua é falada por avós e gerações mais velhas, enquanto as gerações mais novas não a falam entre si, havendo uma descontinuidade, estão as línguas Apurinã, Baniwa e Nheengatu; já no grau

“criticamente em perigo”, quando somente alguns falantes mais idosos falam parcialmente e com pouca frequência, estão as línguas Kambeba, Kanamarí, Kokama, Kuripako, Marubo, Piratapuyo e Tuyuka e, por fim, no grau “extinta”, quando já não há mais falantes, está a língua Baré.

Essa análise sociolinguística sobre a situação das línguas refere-se somente às línguas indígenas faladas em Manaus, isso não quer dizer que as línguas aqui citadas e que também são faladas em outros municípios estejam na mesma situação. O mesmo vale para o laudo linguístico apresentado por Martins (2016), ao qual foi feita referência neste estudo.

A situação sociolinguística dessas comunidades linguísticas indígenas de Manaus é muito complexa, haja vista que, entre os falantes adultos que estão acima dos 40 anos, a aquisição da língua étnica ainda se deu por primeiro, como (L1), e somente depois aprenderam o português. Mas, desde 1960, que a situação se inverteu, e os indígenas passaram a ter, como primeira língua (L1), a língua portuguesa e a língua indígena como (L2). A criança que nasce hoje em uma dessas comunidades linguísticas indígenas de Manaus aprende primeiramente o português e só depois a língua étnica, ao chegar à escola indígena bilíngue ou aos espaços culturais, que são criados nas comunidades indígenas para o ensino das línguas étnicas. Situação diferente é constatada nas comunidades japonesas e americana, em que as crianças aprendem o japonês e o inglês no contexto familiar e somente depois aprendem o português, aquisição que se dá geralmente na escola.

Dentre os fatos linguístico-históricos que contribuíram para o enfraquecimento e diminuição das línguas étnicas entre os povos indígenas, a introdução da língua portuguesa na Amazônia pelos portugueses foi incisiva, segundo Bessa Freire (2003, p. 112), pois a educação desses indígenas não passava mais pela língua indígena, sendo feita diretamente em português. Para agravar mais ainda a situação, o primeiro-ministro Sebastião José de Carvalho e Melo (Marques de Pombal), em 1758, proibiu o uso e o ensino de línguas indígenas obrigando somente o ensino do português. Ainda, por razões estratégicas de Estado, substituiu os nomes indígenas dos povoamentos das margens de seus rios e atribuiu-lhes nomes portugueses. A língua Nheengatu, por exemplo, que de acordo com Navarro (2016, p. 7) “até 1877 era mais falada que o português na Amazônia, inclusive nas suas cidades grandes ou pequenas, situadas às margens dos seus

rios e igarapés: Belém, Manaus, Macapá, Santarém, Tefé e Óbidos” foi substituída pela língua portuguesa.

Outros fatores que contribuíram para o enfraquecimento e perda das línguas étnicas nas comunidades linguísticas dos povos indígenas foram:

**Guerra da Cabanagem** – revolta popular do período regencial que ocorreu entre os anos de 1835 e 1840, na província do Grão-Pará (hoje, estado do Pará), região Norte do Brasil. Segundo Bessa Freire (2003, p. 111), “[...] os 40.000 mortos apresentados nas estatísticas oficiais, vítimas de cinco anos de repressão (1835-1840) eram, quase todos, usuários das línguas indígenas”.

**Migração nordestina** – primeiro ciclo da borracha em 1879, os nordestinos migraram para a região da Amazônia para trabalhar no extrativismo, principalmente na extração do látex. Segundo Nascimento (1998, p. 3), no período de 1879 a 1910, o contingente de pessoas que migraram para a Amazônia não teria sido inferior a meio milhão. Fato confirmado por Navarro (2016, p. 7) “[...] mais de quinhentos mil nordestinos, fugidos da seca migraram para a Amazônia”. Consigo trouxeram a língua portuguesa para a região, fazendo com que o português passasse a ser a língua dominante na Amazônia. Os motivos da migração de nordestinos para Amazônia pode ser sintetizado em três principais pontos: a demanda do mercado internacional por borracha, a reduzida mão de obra na Amazônia para atender a essa demanda e, por fim, a prolongada seca de 1877–1880 que assolou o Nordeste (LACERDA, 2006, p. 28).

**A proibição pelos salesianos do uso das línguas indígenas de 1916 a 1990** - os salesianos, responsáveis pelos internatos, assim como pela educação escolar indígena, proibiram o uso das línguas indígenas nesses espaços escolares, assim como também as manifestações tradicionais e culturais dos povos indígenas. Segundo Cabalzar (2012, p. 29), “Os indígenas eram proibidos de falar suas línguas, eram iniciados na religião católica e no aprendizado de hábitos e padrões estranhos à sua cultura”.

**O fenômeno de deslocamento sociolinguístico** - como já se sabe, a língua portuguesa se tornou a língua de maior poder linguístico e, por isso, ela toma espaço das línguas étnicas, por meio do fenômeno de deslocamento sociolinguístico que começou há muitos anos e que continua até hoje (BRASIL, 1998, p. 118). Atrélada a isso está a forte pressão externa, que, através de nosso levantamento

sociocultural e linguístico, feito por meio de observação participante e de depoimentos dos informantes das comunidades, aponta mudanças na vida social, cultural e linguística, como reflexos de uma adesão à vida urbana. As transformações e fluxos contemporâneos de pessoas, tecnologias, imagens e informações vêm refletindo na cultura e na língua. Com acesso à informação veiculada por tecnologias como TV, rádio, aparelho celular, computador, internet, verifica-se que as tradições, a cultura e a língua indígena estão sendo suplantadas pelos costumes, cultura e língua portuguesa. Ainda tem o fator de desprestígio das línguas étnicas, a redução drástica no número de falantes e contextos e espaços desfavoráveis para a prática de suas línguas.

Desse modo, desde o período colonial até o presente momento, o número de falantes de línguas étnicas nas comunidades linguísticas dos povos indígenas vem diminuindo e, mesmo com o ensino dessas línguas indígenas nas escolas e espaços culturais, a situação linguística dessas comunidades é complexa, e correm o risco de perderem suas línguas étnicas e se tornarem monolíngues, falantes somente do português.

Entretanto é possível impedir que as línguas indígenas desapareçam. Para isso é preciso que seus falantes percebam as causas que estão colocando em risco a sobrevivência de suas línguas étnicas e que assumam compromissos e “atitudes linguísticas” para evitar o desaparecimento dessas línguas, criando estratégias para tanto (CALVET, 2002, p. 57).

Para que isso aconteça, é necessário que as comunidades indígenas em conjunto com os professores indígenas esforcem-se para manter as suas línguas étnicas em uso. O ensino, assim, desponta como um instrumento importante no processo de revitalização e fortalecimento dessas línguas.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este estudo evidenciou que Manaus ainda se apresenta como município multilíngue, onde 28 comunidades linguísticas e mais de dez línguas étnicas disputam seus espaços com a língua portuguesa.

O estudo constatou que, dentro das comunidades linguísticas indígenas, há um contexto de convivência bilíngue em que a língua indígena defende sua funcionalidade comunicativa com o português, que é a língua veicular e dominante.

Já nas comunidades japonesa e americana, os papéis se invertem, as línguas japonesa e inglesa são dominantes e o português funciona como segunda língua.

O tipo de bilinguismo praticado nessas comunidades linguísticas é o social, e o grau de bilinguismo predominante, no caso das comunidades indígenas, é o passivo (os falantes mais jovens somente compreendem o que os mais idosos falam, mas não falam as línguas étnicas). Já nas comunidades japonesa e americana, o grau de bilinguismo é o equilibrado (os falantes são fluentes nas duas línguas, materna e portuguesa).

As comunidades linguísticas e suas respectivas línguas que fazem de Manaus um município multilíngue representam os valores culturais e identitários desses povos que as falam. O enfoque analítico deste estudo mostrou que as línguas faladas nessas comunidades linguísticas têm um papel importante no processo de construção da identidade coletiva dos povos dessas comunidades, assim como também é um elemento de afirmação de sua importância como meio de comunicação entre seus falantes.

Nessa perspectiva, o objetivo proposto para análise do multilinguismo em Manaus, verificando a situação das línguas faladas nas comunidades linguísticas indígenas nesse município, apresentou resultados relevantes, haja vista que é conhecendo a situação sociolinguística dessas comunidades que, de fato, se pode firmar políticas linguísticas que contribuam para a manutenção e fortalecimento do multilinguismo na metrópole manauara.

Como já se sabe, a perda da língua é o modo mais rápido de se extinguir uma cultura, pois, mesmo que alguns rituais se mantenham, seu contexto e sua força não são os mesmos, já que a língua fornece suporte a eles e às peculiaridades da cultura local. A comunidade é a unidade de relação em uma língua. Para tanto, é preciso que os comunitários façam uso da língua étnica no ambiente familiar, nas relações com a vizinhança e nos ritos religiosos da comunidade; que tomem consciência de que tanto a língua étnica quanto a língua portuguesa têm os seus territórios, os seus domínios e que devem ser usadas em seus lugares específicos. Assim, a tendência é seus membros permanecerem bilíngues, mesmo não havendo mais falantes de línguas indígenas em L1.

Conclui-se que o estudo apresentado não encerra as questões suscitadas, haja vista que se farão necessárias pesquisas futuras para averiguar se as comunidades

linguísticas continuam bilíngues ou se tornarão monolíngues. Certamente que estes são dados de pesquisas importantes, não só para mostrar o multilinguismo em Manaus, mas também a situação sociolinguística das comunidades linguísticas e, assim, servir de parâmetros para as futuras pesquisas sociolinguísticas com comunidades linguísticas e línguas indígenas no município de Manaus.

Ainda, com esses resultados apresentados neste estudo, pretende-se promover uma análise crítica sobre a importância das comunidades indígenas urbanas no contexto de Manaus e o seu papel no processo de construção social da identidade coletiva do manauara, além de subsidiar o desenvolvimento de projetos do governo e não governamentais de políticas linguísticas para a preservação das línguas indígenas.

## REFERÊNCIAS

BESSA FREIRE, José Ribamar. *Da língua geral ao português: para uma história dos usos sociais das línguas na Amazônia*. 2003. 239f. Tese (Doutorado em Literatura Comparada) - Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, 2003.

BRAGGIO, S. L. B. *As diferentes situações sociolinguísticas e os tipos dos empréstimos na adição do português ao xerente akwén: fatores positivos e negativos*. *Liames*, Campinas, SP, n. 12, p. 157-77, 2012.

BRASIL. *Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas (RCNEI)*. Brasília: MEC, 1998.

CABALZAR, Flora Dias (Org.). *Educação escolar indígena do Rio Negro 1998-2011*. São Paulo: ISA/FOIRN, 2012.

CALVET, Louis-Jean. *Sociolinguística: uma introdução crítica*. Tradução de Marcos Macionilo. São Paulo: Parábola, 2002.

CÂMARA Jr., Joaquim M. *Princípios de linguística geral*. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1974.

CONSELHO DA EUROPA. *Quadro europeu comum de referência para as línguas*. Aprendizagem, ensino, avaliação. Coleção: Perspectivas Actuais/Educação. Direção de José Matias Alves. Coordenação de Edição do Ministério da Educação/GAERI. Tradução de Maria Joana Pimentel do Rosário e Nuno Verdial Soares. Revisão Técnica de Margarita Correia. Porto, Portugal: Edições Asa, 2001.

DODMAN, Martin. *Linguaggio e plurilinguismo: apprendimento, curricolo e competenze*. [S.l.]: Erickson, 2013.

ELIA, Sílvio. *A língua portuguesa no mundo*. São Paulo: Ática, 2000.

EPPS, Petience; SALANOVA, Andrés Pablo. A linguística amazônica hoje. *Liames*, Campinas, SP, v. 12, n. 1, p. 7-37, 2012.

FERGUSON, C. A. Diglossia. *Word*, n. 15, p. 325-40, 1959.

FISHMAN, J. A. *Language in sociocultural change*. Stanford: Stanford University Press, 1972.

FRANCHETTO, Bruna (Org.). *Alto Xingu: uma sociedade multilíngue*. Rio de Janeiro: Museu do Índio- FUNAI, 2011.

GIL, Antônio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

GUMPERZ, John J. The speech community. In: SILLS, D. L.; MERTON, R. K. (Ed.). *International encyclopedia of the social sciences*. London: MacMillan, 1968. p. 381-6.

\_\_\_\_\_. Types of linguistic communities. *Anthropological Linguistics*, v. 4, n. 1, p. 28-40, jan. 1962. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/30022343>>. Acesso em: 17 nov. 2017.

HYMES, Dell. *Foundations in sociolinguistics: an ethnographic approach*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972.

\_\_\_\_\_. Morris Swadesh. *Journal Word*, v. 26, n. 1, p. 119-38, 1970. DOI: <http://dx.doi.org/10.1080/00437956.1970.11435588>.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). [2016]. Disponível em: <<http://cod.ibge.gov.br/3WL/>>. Acesso em: 29 out. 2016.

LABOV, W. *Padrões sociolinguísticos*. Tradução de Marcos Bagno, Maria Marta Pereira Schere e Caroline Rodrigues Cardoso. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

LACERDA, Franciane Gama. *Migrantes cearenses no Pará: faces da sobrevivência (1889-1916)*. 2006. Tese (Doutorado em História Social)- Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2006.

LYONS, John. *Linguagem e linguística*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1981.

MAHER, Terezinha Machado. Do casulo ao movimento: a suspensão das certezas na educação bilíngüe e intercultural. In: CAVALCANTI, M. C.; BORTONI-RICARDO, S. M. (Org.). *Transculturalidade, linguagem e educação*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2007.

MANAUS (Cidade). Secretaria Municipal de Educação. Gerência de Educação Escolar Indígena. *Mapa das comunidades linguísticas do município de Manaus*. Amazonas: PMM, 2016.

MARTINS, Valteir. *Laudo linguístico da comunidade Parque das Tribos*. Manaus, AM: Universidade do Estado do Amazonas (UEA), 2016.

NASCIMENTO, Maria das Graças. Migrações nordestinas para a Amazônia. *Revista de educação, cultura e meio ambiente*, v. II, n. 12, dez. 1998.

NAVARRO, Eduardo de Almeida. *Curso de língua geral: nheengatu ou tupi moderno: a língua das origens da civilização Amazônica*. 2. ed. São Paulo: PAYM, 2016.

PACHECO, Frantomé Bezerra. Análise da produção sobre as línguas dos povos indígenas do Amazonas. In: SANTOS, Gilton Mendes (Coord.). *Amazonas indígena: um mapeamento das instituições e da produção bibliográfica sobre os povos indígenas no estado*. Relatório final. Manaus: FAPEAM, 2009.

SORENSEN JR., Arthur P. Multilingualism in the Northwest Amazon. *American Anthropologist*, v. 69, n. 6, p. 670-84, dez. 1967.

STENZEL, Kristine. *Multilingualism in the Northwest Amazon, Revisited*. Memórias del Congreso de Idiomas Indígenas de Latinoamérica. Texas: University of Austin, 2005.

TARALLO, Fernando. *A pesquisa sociolinguística*. 7. ed. São Paulo: Ática, 2003.

UNESCO. *Interactive Atlas of the World's Languages in Danger*. [s.d.]. Disponível em: <<http://www.unesco.org/languages-atlas/index.php/>>. Acesso em: 4 out. 2016.

VANIN, Aline Aver. Considerações relevantes sobre definições de 'comunidade de fala'. *Acta Scientiarum. Language and Culture*, Maringá, PR, v. 31, n. 2, p. 147-53, 2009.

### **Sobre os autores:**

**Ademar dos Santos Lima:** Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Letras e Artes da Universidade do Estado do Amazonas (UEA). Bolsista POSGRAD-FAPEAM/QUALIFICA-SEMED. Graduado em Letras Línguas Portuguesa e Inglesa pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Manaus, AM, Brasil. **E-mail:** ademarlina7@hotmail.com

**Silvana Andrade Martins:** Doutora e Pós-doutora em Letras e Linguística pela Vrije Universiteit, Amsterdam, Holanda e mestre em Letras e Linguística pela Universidade Federal de Santa Catarina. Professora e pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Letras e Artes do Curso de Mestrado da Universidade do Estado do Amazonas (UEA). **E-mail:** andrandemartins.silvana2@gmail.com

Recebido em 5 de setembro de 2017

Aprovado para publicação em 21 de dezembro de 2017